

# A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-MOVIMENTOS-SOCIAIS: EMBRIÕES DE DESALIAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE?

Henrique T. Novaes<sup>1</sup>

**RESUMO:** Nos últimos 30 anos muitos pesquisadores-extensionistas têm estabelecido laços estreitos com os movimentos sociais latino-americanos. Será que estes laços têm gerado um processo de desalienação parcial do trabalho docente? Acreditamos que sim. Mesmo não isentos de contradições e limites, e inseridos num contexto de contrarrevolução mundial e de aprimoramento da contrarreforma universitária, estes pesquisadores-extensionistas tentam realizar um trabalho intelectual desalienante, realizam pesquisas não mercadológicas e comprometidas com as demandas dos movimentos sociais, tentam realizar o pensamento crítico, buscam refundar a união entre teoria e prática junto aos movimentos sociais que lutam pela recuperação de fábricas, pela agroecologia e pela habitação popular.

**Palavras-Chave:** Universidade. Movimentos Sociais. Esquerda Universitária.

**ABSTRACT:** Over the past 30 years many researchers approximated of the Latin American social movements. Do these approximate generated a process of partial non alienation of teaching? We believe so. Although not free from contradictions and limits, and in a context of global counterrevolution and improvement of university counterreformation, these researchers tries to hold a non alienating intellectual labour, perform research not commodificated and committed to the demands of social movements, try to hold the thought critical, refund the union of theory and practice with social movements.

**Keywords:** University. Social Movements. University left.

## Introdução

Em 1918, um dos lemas dos estudantes que levaram a cabo a Reforma de Córdoba era “Una vergüenza menos, una libertad más”. A Reforma de Córdoba de 1918 levou ao surgimento de um grande debate sobre o papel da Universidade na sociedade de classes argentina. Ela desencadeou também um belo debate sobre a necessidade de criação de Universidades Populares no Peru, na Argentina, Cuba e Chile<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Docente da FFC – Unesp – Marília. Professor do Programa de Pós Graduação em Educação [hetanov@yahoo.com.br](mailto:hetanov@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Lembremos que para Mariátegui “A planície está repleta de brotos novos. Somente os cimos estão desnudos e estéreis, calvos e improdutivos, apenas cobertos da relva anêmica de uma pobre cultura acadêmica. É a crise da universidade. Crise de professores e crise de ideias. Uma reforma limitada para acabar com as listas de presença ou para extirpar um professor inepto ou estúpido seria uma reforma

Em outro contexto, caracterizado pela ascensão das lutas operárias e populares dos anos 1950-70, tivemos a criação da Universidade de Brasília e o estreitamento da relação universidade-trabalhadores no *Cordobazo* argentino (1969-76), dentre outros. Foi também nesse período que Florestan Fernandes tentou criar uma Universidade Popular junto ao sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, mas lamentavelmente este projeto não vingou. Outros exemplos de criação de universidades qualitativamente distintas ou de reformas radicais poderiam ser citados, mas cabe ressaltar que as ditaduras militares interromperam bruscamente esta relação (Novaes, 2012).

Na América Latina do final do século XX e início do século XXI, no contexto da contrarrevolução mundial, surgem práticas que resgatam – consciente ou inconscientemente – estes projetos universitários que foram exercitados em momentos históricos de radicalização política, de efervescência social e que foram abortados por regressões históricas dos anos 1960-70.

Quase cem anos depois da Reforma de Córdoba, poderíamos dizer que estamos vivendo a cada dia “uma vergonha a mais, e uma liberdade a menos”. Infelizmente não poderemos nos deter na análise da contrarreforma universitária, mas poderíamos identificar suas tendências principais: a) “Choques de gestão” ou uma nova onda de transplante das teorias de administração de empresas para a universidade pública; b) Ofensiva da “inovação” - crescimento da agenda de pesquisa das corporações e não dos movimentos sociais; crescimento das patentes em Universidades Públicas; crescimento das consultorias universitárias (professor consultor) para corporações; c) Crescimento dos cursos de extensão caros e para executivos de corporações, para empresas de médio porte, além da difusão do empreendedorismo, etc.; d) Ensino de conteúdo conservador, marginalização do marxismo e defenestramento de professores críticos; e) Crescimento dos cursos de educação à distância, verdadeiras fábricas digitais de diplomas; f) Controle dos órgãos estaduais e federais e das secretarias por representantes das corporações educacionais; g) Punição pedagógica dos indignados e criminalização do movimento estudantil; h) uma obsessão dos órgãos de fomento pelo aumento do desempenho acadêmico (*papers* e patentes) que tem levado muitos professores ao adoecimento, i)

---

superficial. As raízes do mal continuariam vivas. E rapidamente renasceria este descontentamento, esta agitação, este afã de correção, que toca epidermicamente o problema sem desflorá-lo e sem penetrá-lo (Mariátegui, 2007 [1928]).

terceirização da vigilância, limpeza, motoristas, etc.; e j) financeirização da previdência, etc <sup>3</sup>.

Nadando na contracorrente desta tendência, muitos pesquisadores-extensionistas têm estabelecido laços estreitos com os movimentos sociais latino-americanos. Será que estes laços têm gerado um processo parcial de desalienação do trabalho docente?

Nossa hipótese é que sim, que há embriões de um trabalho docente não alienado nas Universidades Públicas brasileiras. Mesmo não isentos de contradições e limites, estes pesquisadores-extensionistas tentam realizar um trabalho intelectual desalienante, realizam pesquisas não mercadológicas e comprometidas com as demandas dos movimentos sociais, tentam realizar o pensamento crítico, buscam refundar a união entre teoria e prática junto aos movimentos sociais.

Estas são características que antecipam o que seria trabalho docente não alienado, ainda que reproduzam contraditoriamente características de um trabalho alienado. Temas contemporâneos como a autogestão em sentido amplo, a crítica a propriedade privada dos meios de produção, a desmercantilização da sociedade e a desmercantilização da Ciência & Tecnologia (C&T), a não neutralidade da C&T, o papel da universidade pública na sociedade de classes latino-americana, além da extensão não assistencialista aparecem na teoria que estes intelectuais militantes elaboram e na prática que procuram exercitar<sup>4</sup>.

Reconhecemos que os docentes que tentam desencadear esse processo são poucos e estão nitidamente na defensiva, em função da contrarrevolução mundial. Em Novaes (2012b) observamos que eles são reféns na cidadela inimiga, tentam sobreviver a duras penas num meio que tem hegemonia pós-moderna, sofrendo todo tipo de perseguição, seja nas ciências duras ou nas ciências sociais.

### **A relação Universidade-Movimentos Sociais: embriões de desalienação do trabalho docente?**

---

<sup>3</sup> Para este debate, ver Minto (2011 e 2012), Rosso (2011) e os inúmeros dados disponíveis no site da ANDES, Adusp e Adunesp.

<sup>4</sup> Nossas pesquisas mais recentes procuram observar e caracterizar o trabalho docente a partir dos marcos da teoria da alienação e desalienação do trabalho de Marx. Para um esboço desta teoria aplicada a educação, ver Novaes (2012) e Novaes (s/d). Para os clássicos do debate da alienação do trabalho, ver Marx (2004), Mészáros (2006), Braz e Netto (2008), dentre outros.

Como sabemos, o Complexo Público de Ensino Superior e Pesquisa (CPESP) latino-americano é cheio de contradições. Tal como procuramos em outro trabalho (Novaes, 2012), a universidade pública não é monolítica, mas também não é plural. Encontramos grupos de pesquisadores, extensionistas e professores “orgânicos” que tentam renascer das cinzas pós ditadura miliar, apoiando das mais variadas formas as lutas de inúmeros movimentos sociais que surgiram no final do século XX.

Há um vasto leque de pesquisadores de “esquerda”, bem heterogêneo, tal como na Reforma de Córdoba, que vai desde extensionistas que querem uma universidade com maiores vínculos com a comunidade, mas que não dialogam com o marxismo, passando por defensores do “desenvolvimento” situados mais à esquerda do espectro neoliberal, até os sobreviventes “socialistas de cátedra”, que são ridicularizados a todo momento por uma utopia que “não mais existe”. Ainda nesse leque temos os pesquisadores “orgânicos”, que, lutando nas brechas da universidade pública ou junto a movimentos sociais, estão ajudando a criar cursos contra-hegemônicos ou universidades “paralelas” que atendam aos anseios seculares do povo latino-americano. Na nossa pesquisa, encontramos professores e pesquisadores-extensionistas que podem ser “classificados” nesse vasto leque.

Nesta seção, trataremos das potencialidades, ensinamentos, semelhanças e diferenças entre os pesquisadores-extensionistas da Agroecologia, da Habitação Popular e das Fábricas Recuperadas (FR) abordados no livro “Reatando um fio interrompido – a relação universidade-movimentos sociais na América Latina” (Novaes, 2012). Privilegiamos o debate teórico-ideológico da agroecologia, mas não deixamos de reconhecer os embates entre os pesquisadores-extensionistas que atuam no campo da habitação popular e das FR.

Muito embora comportem gradações e algumas divergências, podemos dizer que há pontos de convergência entre os pesquisadores-extensionistas que se envolveram com os movimentos sociais em questão.

Apesar de geralmente não dialogarem entre si, podemos extrair pontos de contato no que se refere à: a) crítica à propriedade dos meios de produção (o retorno do “caracol à sua concha”); b) a participação do trabalhador nos movimentos sociais, na “sociedade” e na construção da autogestão ou de um novo “desenvolvimento”; c) a necessidade de desmercantilizar a sociedade (“o mundo não é uma mercadoria”) ou produzir bens e serviços voltados para a satisfação das necessidades humanas; d) o papel do povo ou da

luta de classes como motor da transformação social; mas principalmente e) a crítica tecnológica elaborada no campo de atuação desses pesquisadores, que abrange a crítica à tecnologia convencional, a necessidade de uma tecnologia alternativa e de uma nova assistência “técnica”.

Isso não significa dizer que não haja contradições e especificidades dentro das análises e das práticas dos pesquisadores-extensionistas. Esses pontos de convergência aparecem de uma forma muito tímida ou pouco elaborada em alguns casos e bastante desenvolvida em outros. O filtro e a combinação das críticas elaboradas em cada campo poderão trazer frutos para uma crítica radical da C&T.

No que se refere a relação pesquisadores-extensionistas com as FR, começemos pelos casos que não “deram certo”: o aquecedor a gás, no caso da relação entre o professor Perondi (UFRGS) e a Geralcoop (uma FR), não vingou. Nessa fábrica, os trabalhadores continuam produzindo principalmente fogões a lenha. Na Fábrica Sem Patrão (FaSinPat) Zanón<sup>5</sup>, o azulejo autolimpante rendeu frutos de pesquisa na Universidade de Buenos Aires (UBA), porém até esta data não resultou em nenhuma inovação para a fábrica. Aqui, os trabalhadores permanecem produzindo azulejos e porcelanato.

Na relação UBA-Zanón, o objetivo da UBA era aplicar um recobrimento que seja autolimpante. Ainda não conseguiram atingir a quantidade desejada de bactérias mortas, mas continuam a pesquisa. Isso já dura quatro anos. Sobre a utilidade social do produto, os pesquisadores envolvidos disseram que pode haver uma em função de ser um produto utilizado principalmente em escolas públicas e hospitais. Eles preferem que seja dirigido a um “mercado social” (compras do Estado: salas de pronto-socorro, escolas, restaurantes, ONGs etc.).

No entanto, os pesquisadores entrevistados advertiram que o produto é usado no Japão para fins mercadológicos (vidro de carros etc.). De qualquer forma, projetos de interesse “social” ainda são uma espécie de agulha no palheiro cientificista chamado UBA.

No caso da relação dos engenheiros da Universidade de Comahue (UnCo) com a FaSinPat Zanón, os trabalhadores salientam que esta foi imprescindível na restauração da produção, na reorganização do processo de trabalho – isso para não falar na melhoria da

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre a FasinPat Zanón, ver Aiziczon (2004).

qualidade dos azulejos e no papel imprescindível dos alunos na arrecadação de alimentos, nas passeatas etc.

No caso do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI-Argentina), a criação de uma linha de extensão tecnológica da área de Economia Social reflete uma leve abertura de um instituto cujo objetivo sempre foi assessorar empresas privadas, iniciativa tomada por um presidente bastante “especial” – Enrique Martínez – a partir da pressão dos movimentos sociais por um outro tipo de Estado<sup>6</sup>.

Ao criar essa linha de atuação, o INTI incorpora um novo público como alvo de prestação de serviços: as fábricas recuperadas e cooperativas populares que, após a crise de 2001, se tornam cada vez mais presentes no cenário político argentino.

Apesar de reconhecermos que o simples fato de o INTI inserir o componente tecnológico na política de geração de trabalho e renda argentina é um avanço, ainda há um longo caminho a se percorrer. A partir das entrevistas que realizamos, foi possível perceber contradições na instituição. Essas contradições podem ser vistas no conflito que aparece entre aqueles que buscam a “melhor” tecnologia (tecnologia de ponta) e os setores do INTI que apoiaram os movimentos sociais. Além disso, prevalece na instituição uma cultura de transferência “paternalista” de tecnologia, que pode inibir a adoção de um enfoque tecnológico para inclusão social na macropolítica do plano “*manos a la obra*”, comprometendo a consecução de suas metas, sobretudo a de inclusão social.

Depois deste breve resumo da atuação dos engenheiros junto às FR, vejamos agora o caso da relação dos intelectuais com os movimentos sociais que lutam pela habitação popular e pela cidade como valor de uso. Destacaremos o trabalho do coletivo USINA como um trabalho não alienado junto aos movimentos sociais Sem-Teto e Sem-Terra.

A crítica e ação do coletivo USINA envolve a crítica/desnaturalização da tecnologia convencional, o mito do progresso, a casa e a cidade como valores de troca, bem como o papel dos intelectuais médios e dos movimentos sociais na criação de uma sociedade emancipada.

A atuação junto aos mutirões, ao Movimento Sem Terra e Sem Teto e na produção conjunta de tecnologias com características autogestionárias parecem ser então alguns dos desafios a se enfrentar.

---

<sup>6</sup> Para saber mais sobre o debate da extensão dentro de um viés crítico, ver Dagnino (2010) e Fraga (2012).

Para nós, esta relação traz embriões de uma atividade intelectual com sentido social, desalienada. Como uma espécie de refúgio desalienante conscientemente planejado, ao estar em pleno contato com os movimentos sociais, a vida desses profissionais ganha um maior sentido, mesmo rodeados pelo mar de obras contrárias aos seus valores (*shoppings*, condomínios etc.), “salários” atrasados, dificuldades imensas de locomoção em São Paulo etc. Retornaremos a esse ponto mais adiante.

De todos os grupos que vêm assessorando os movimentos sociais analisados por nós, o que mais traz transformações radicais na teoria e na prática dessa relação é o grupo Usina, um grupo de arquitetos, cientistas sociais que assessora lutas por habitação e criação de equipamentos públicos.

Percebemos que está nascendo uma nova relação universidade-movimentos sociais que traz como elemento principal o socialismo autogestionário. Roberto Schwarz (2002), no posfácio do livro de Pedro Arantes, levanta como hipótese para a riqueza da crítica totalizante da arquitetura justamente o fato de ela estar numa região de fronteira de diversos “campos”: estético, técnico, econômico etc.

Na Usina a crítica é mais robusta, talvez a mais completa das que analisamos até o momento, não só na compreensão da necessidade de superação da sociedade de classes, da criação de uma sociedade para além do capital, do papel da autogestão, da desmercantilização. Ele retoma a crítica da Arquitetura Nova, debate o papel do arquiteto na superação da sociedade de classes, além da crítica das forças produtivas.

A Usina é herdeira da crítica das forças produtivas de Sérgio Ferro, Paulo Freire, Marx e Engels, de alguns anarquistas e de pensadores mais recentes, mas sem deixar de desenvolver ou aprofundar as críticas desses intelectuais. Reparemos desde já que nos anos 1950-60 os membros da Arquitetura Nova (Sérgio Ferro, 2006), pautavam suas decisões de projeto a partir da consciência de seu papel como agente de produção e transformação da realidade, tentando unificar teoria crítica e prática transformadora.

Para os membros da Usina “nosso fim é o socialismo, mas o que fazer antes...?” Na medida do possível, acreditamos que estão arquitetando e praticando uma revolução, para usar um termo da área. Na medida em que pensam para além da habitação, seja através da criação de novos territórios, novos bairros, novos coletivos, para além do movimento temático: moradia, negros etc., estão atuando na construção de embriões de autogestão e

pensando a complexidade de uma transformação radical: “que o coletivo arquitetado seja ao mesmo tempo de espaço de produção, consumo, educação, estética não alienantes”.

Evidentemente que o Grupo Usina só consegue criar enclaves no mar do sistema produtor de mercadorias, tentando criar práticas que levem a um grau crescente de controle da produção e reprodução social.

Em outras palavras, podemos dizer que eles tentam articular a complexidade da realidade latino-americana, especialmente da construção civil e do planejamento urbano brasileiro e suas conexões com o capitalismo financeirizado. Não se trata apenas do problema da casa. Eles buscam teorizar a economia política do trabalhado: o problema dos trabalhadores brasileiros não é apenas moradia inadequada, mas também trabalho degradante e com baixa remuneração, lazer fetichizado, educação para o consumismo, saúde mercantilizada, transporte público ineficiente, etc.

E, para finalizar, segundo informações obtidas no sítio do coletivo Usina:

só há prática radical se o intelectual estiver de fato ao lado do povo, buscando soluções coletivas para as coisas mais prosaicas (abrigar-se) às mais altas do espírito (a discussão sobre arte, socialismo etc.). A produção da arquitetura nesse contexto quer, por isso, restituir-se não apenas como “teto”, mas como produção coletiva do espaço, livre, como arte. Experiências desse tipo só se multiplicariam, de fato, na transição revolucionária. Por enquanto, são laboratórios que precisam ser cuidadosamente trabalhados e analisados (Grupo Usina, s/d).

Encontrar outros grupos de assessoria no campo da arquitetura parecidos com a Usina, ao menos no Brasil, é como tentar encontrar uma agulha no palheiro. Dentre as “agulhas no palheiro” da área de Arquitetura e Urbanismo, poderíamos citar, no terreno das assessorias “fora” da universidade, a Peabiru. Nas universidades públicas, Akemi Ino e Shimbo (UFSCar) tentam colocar a universidade a serviço do povo. Reginaldo Ronconi e João Marcos Lopes coordenam o Canteiro Experimental da USP – respectivamente, de São Paulo e São Carlos –, tentando imprimir novas marcas aos projetos de ensino, pesquisa e extensão em arquitetura. Certamente há divergências e semelhanças entre esses grupos que não poderemos abordar neste artigo.

Observando mutirões paulistas, Arantes (2002) aponta que o mutirão autogerido não é apenas uma alternativa para os sem-teto, mas um espaço para a experimentação do que pode vir a ser um desenho emancipado.

Como salienta Sérgio Ferro (2006), o fato da construção ser um processo mais simples que o industrial a torna um laboratório para os trabalhadores exercitarem o controle da produção e se prepararem para transformações de natureza emancipadora.

Mas a contradição dos mutirões autogeridos é que eles constroem um valor de uso: casas que conseguem escapar do espaço de produção e consumo de mercadorias. No entanto, ainda não conseguiram engendrar formas de se emancipar do trabalho assalariado, seja porque esses homens e mulheres trabalham numa fábrica, onde vendem sua força de trabalho, seja porque trabalham no mercado informal fazendo bicos, ou porque estão desempregados.

No Brasil, os mutirões sofreram fortes reveses. Cabe a pergunta: como prolongar a organização para depois da conquista da terra, do financiamento e da construção? Pois, ao término das obras, há uma regressão visível da organização popular (Arantes, 2002).

Se os mutirões não constituírem uma “qualidade arquitetônica” própria, na qual se encontre engenho e criação, continuarão presos ao reino das necessidades, com trabalhadores empilhando blocos sem produzir algo gratificante. A autogestão será, assim, amarga: apenas uma forma barata de fazer habitações (Arantes, 2002).

No campo da agroecologia é possível encontrar uma maior pluralidade de visões sobre os temas aqui abordados. Observamos que há diferentes projetos em disputa no campo da agroecologia, que podem alimentar uma espécie de “capitalismo verde”, um “desenvolvimento rural sustentável” (que não seria propriamente nem o capitalismo verde nem uma vertente socialista) e um que efetivamente pode contribuir para a luta socialista e para a superação do trabalho alienado<sup>7</sup>.

As correntes hegemônicas da agroecologia não falam em classes sociais, exploração do trabalho, superação do modo de produção capitalista etc. O debate em alguns momentos toca nessas questões, mas pende para a agenda ecológica desconectada de uma crítica da economia política mais profunda, voltada para a transcendência do trabalho alienado. Para nós, esta poderia ser uma boa contribuição teórica para a construção de uma sociedade para além do capital. Uma constatação parecida com a nossa foi observada por Wilon Mazzala Neto em sua dissertação de mestrado (2009).

---

<sup>7</sup> É evidente que no caso da habitação popular também é possível identificar o debate e a disputa entre diferentes correntes da arquitetura. No entanto, neste artigo procuramos apenas salientar as diferenças ideológicas no campo da agroecologia.

Dentre os autores analisados, Miguel Altieri (2004) é o mais conservador, o que não significa que não tenha trazido elementos importantes para o debate. Enio Guterres (2006) faz críticas importantes à tecnologia convencional, ao tipo de extensão rural que se implementou no Brasil, à necessidade de mudanças na formação do profissional que atende os movimentos sociais. Dos grupos analisados, Caporal e Costabeber, os pesquisadores-extensionistas da UFSM e Pinheiro Machado fazem críticas mais ácidas à tecnologia e ao modo de produção capitalista, em especial Pinheiro Machado. Ele é o único declaradamente socialista; os demais gravitam num leque bastante amplo em torno da temática do “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento rural sustentável”, “desenvolvimento do campo” etc. Mais uma vez, isso não significa dizer que a teoria deles não tenha uma positividade.

Acreditamos que o perigo da agroecologia é ter se tornado a nova “moda”, tal como ocorreu com o “desenvolvimento sustentável”, em que tudo muda para que permaneça como está. O canto da sereia agroecológica tem atraído muitos alunos e professores, ONGs, movimentos sociais, mas acreditamos que a crítica que vem sendo desenvolvida é incompleta e limitada.

O leque de possibilidades da agroecologia vai da defesa de “De nichos de mercado à ruptura sistêmica”, justamente para mostrar para o leitor a pluralidade nessa área. Talvez a principal ambivalência da agroecologia é ser a nova “salvação da lavoura” que reforçaria uma espécie de “capitalismo verde” ou ser a “salvação da lavoura” para os movimentos sociais, ao esboçar uma teoria de C&T, uma nova metodologia e um “novo desenvolvimento” que ajude a construir uma sociedade para além do capital.

Tal como afirma Altieri “o desenvolvimento e a difusão de tecnologias agroecológicas, a promoção da agricultura sustentável exigem mudanças nas agendas das pesquisas, bem como políticas agrárias e sistemas econômicos abrangendo mercados, preços e, além disso, incentivos governamentais” (Altieri, 2005, P. 27), isto é, as “condições gerais de produção” colocadas por Marx.

Para nós, os defensores da “Revolução Verde” não podem e não querem reconhecer o fato de que os fatores limitantes desse modelo são somente os sintomas de um distúrbio mais sistêmico, inerente aos desequilíbrios dentro do agroecossistema. Por outro lado, os enfoques que percebem o problema da sustentabilidade somente como um desafio tecnológico da produção não conseguem chegar às razões fundamentais da não sustentabilidade dos sistemas agrícolas (Altieri, 2005). E reforça:

É crucial que os cientistas envolvidos na busca por tecnologias agrícolas sustentáveis se preocupem com quem, finalmente, se beneficiará com elas. Isso exige que eles reconheçam a importância do fator político quando as questões científicas básicas são colocadas em discussão, e não somente quando as tecnologias são distribuídas à sociedade. Assim, o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido são questões-chave que precisam ser levantadas, caso se queira fazer surgir uma agricultura socialmente justa. Quando tais questões são examinadas, temas como posse da terra, mão de obra, tecnologia adequada, saúde pública, política de pesquisas etc., sem dúvida emergirão (Altieri, 2004, p. 31).

Miguel Altieri sinaliza uma questão importante, mas acreditamos que não dá conta de respondê-la, provavelmente em função da sua visão de mundo liberal. Além disso, por estar faz muito tempo nos EUA, o “protagonismo” das ONGs lhe leva a um certo localismo, pois ele cai no debate do desenvolvimento local e ao onguismo como “motores” da mudança.

Altieri também é mais condescendente que Guterres na questão da propriedade da terra. Ao não politizar a questão da propriedade, ele abre o leque dos sujeitos da transformação social, que poderia ser conduzida por qualquer tipo de “ator” social. Segundo esse autor, pode haver a conversão do manejo convencional para o manejo agroecológico nas “médias e grandes propriedades”, como se todos os produtores, harmonicamente e sem questionar o sistema, convivessem.

Caporal e Costabeber, Pinheiro Machado e Roberto Moreira fazem algumas advertências à agroecologia. Lembremos que para Caporal e Costabeber “nenhum produto será verdadeiramente ‘ecológico’ se a sua produção estiver sendo realizada às custas da exploração da mão de obra”. Tal ideia nos parece importantíssima.

Pinheiro Machado também faz algumas ponderações. Em carta enviada ele inicia de forma enfática: “Cuidado. [A agroecologia] É zona de águas turvas... inclusive servindo, sutilmente, para desviar a atenção dos movimentos sociais de seu foco fundamental, que é a luta por uma sociedade socialista” (Pinheiro Machado, 2009). E complementa:

Claro que a luta pelo socialismo passa por uma produção limpa e para todo o povo, o que essa gente citada jamais fala [teóricos da agroecologia na sua vertente hegemônica]. E essa técnica nós estamos começando a dominar, porque o socialismo que queremos, o real, o verdadeiro, há de corrigir os erros cometidos

pelos da experiência vivida, e um dos aspectos fundamentais é, precisamente, contrapor-se à lógica da Revolução Verde na produção de alimentos e matérias-primas (Pinheiro Machado, 2009).

Moreira (2000) adverte que, ao adicionarmos o novo qualitativo da sustentabilidade à concepção dominante, corremos o risco de a questão da agricultura familiar – agora “sustentável” – continuar carregando seus elementos conservadores, ao não se constituir como um questionamento da ordem social.

Para Moreira, “essa concepção, ao colocar a solução do problema no campo da ciência e da técnica, passa a visão ideológica de que a solução técnica carrega consigo o progresso social” (Moreira, 2000, p. 193). Se pudéssemos reformular a frase de Moreira diríamos que, para sermos mais precisos, essa concepção, ao colocar a solução do problema única e exclusivamente no campo da ciência e da técnica, passa a visão ideológica de que a solução técnica carrega consigo o progresso social, uma espécie de determinismo tecnológico às avessas, em que a “tecnologia resolve tudo”.

Depois desta breve revisão do debate teórico-ideológico da agroecologia, pretendemos agora sinalizar a “assistência técnica” e extensão rural vislumbrada pelos pesquisadores-extensionistas da agroecologia, principalmente Enio Guterres. Será que está nascendo uma nova relação entre pesquisadores-extensionistas com os movimentos sociais do campo?

Para Guterres, uma mudança profunda na assistência técnica e extensão rural voltada para a agroecologia deve começar fazendo uma crítica ao atual modelo, abordando a extensão rural adotada – de “fora para dentro” e de “outros para alguém”, base do modelo difusionista. Em seguida, deve-se apontar a necessidade de uma abordagem radicalmente nova em relação à extensão, que busque não a transferência de tecnologias, ou mesmo “aprender com os agricultores”, mas “fortalecer a capacidade de gerar conhecimentos, já existente na comunidade – capacidade de questionar, analisar e testar possíveis soluções para os próprios problemas”.

Guterres chama isso de extensão de “terceira geração”, contrastando-a com os modelos de “primeira geração” (diretiva) e de “segunda geração” (reativa, “os agricultores em primeiro lugar”) (Guterres, 2006).

Os extensionistas de segunda geração pedem aos agricultores que identifiquem seus problemas e então saem para buscar soluções, geralmente voltando logo depois com as respostas. Depois que o extensionista traz a resposta, há pouca oportunidade de escolha para o agricultor.

Em função disso, Guterres (2006) parte de duas premissas: a) o conhecimento não pode ser transferido; uma pessoa não pode aprender o conhecimento de outra: pode apenas criar o seu próprio. O aprendizado é um processo ativo, realizado por aquele que aprende e não por uma recepção passiva do conhecimento a ele “transmitido”.

Em todos esses anos, a assistência técnica e a extensão rural sempre estiveram descoladas da pesquisa, mesmo em instituições responsáveis pelas duas atividades. Existem muitas tecnologias nos estabelecimentos de pesquisa que não chegam até os agricultores ou não servem para os pequenos agricultores por serem feitas de forma isolada, separada da realidade<sup>8</sup>.

Guterres (2006) observa que a extensão rural brasileira deve gerar respostas concretas aos desafios do campesinato no Brasil – não como um veículo de transmissão – “extensão” - de resultados de pesquisa tecnológicas até os agricultores, mas para fortalecer a capacidade de autoaprendizagem das famílias camponesas para a autogestão dos agroecossistemas e das comunidades rurais para um desenvolvimento rural sustentável. Atualmente, a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) é insignificante frente à demanda necessária para uma universalização desse serviço. Alguns chegam a dizer que o número de técnicos deve dobrar.

Os enfoques agronômicos convencionais da atividade agrícola se baseiam na segmentação e no parcelamento do conhecimento científico. A agronomia, como disciplina científica, tem os mesmos defeitos que a ciência convencional: a) axiomática – que não se submete à discussão. Dentro dela, a própria motivação da atividade agrária (lucros e dominação dos produtores); b) produtivismo – produzir o máximo sem levar em conta os custos. A ideia de progresso ilimitado, o antropocentrismo, a identificação do desenvolvimento com o crescimento econômico, a identificação da qualidade de vida com a renda disponível e consumo, etc. (Guterres, 2006).

---

<sup>8</sup> Para mais detalhes sobre a relação CPESP-sociedade, ver também Dagnino (2009), Dias (2009) e Fonseca (2009).

Segundo Guterres, cada família de agricultores precisa se tornar cientista de sua própria profissão, aprendendo com a natureza, com o comportamento das plantas, dos animais e do meio ambiente, bem como buscar conhecimentos sistematizados pelos estudos científicos que sustentem e aprimorem a agroecologia.

Faz-se urgente que tenhamos escolas básicas de agricultura ecológica, para possibilitar um novo patamar coletivo de conhecimentos básicos que deem segurança mínima para construir uma outra forma de fazer agricultura para a transição, firme e decidida, para uma agricultura livre de produtos químicos e de venenos, dependente da grande indústria.

Deve-se estabelecer uma articulação dos movimentos sociais com parcerias estratégicas, sejam instituições de assistência técnica, ensino e pesquisa, buscando a formação de redes, fóruns regionais, territoriais e outras formas de integração, em que a participação das famílias dos agricultores na definição de linhas de pesquisa, avaliação, validação e recomendação de tecnologias apropriadas<sup>9</sup>.

No entanto, os técnicos, na sua maioria formados numa visão tecnicista, não têm a capacidade de impulsionar as novas ideias e continuam, na prática, com a postura autoritária, deixando um leque sempre maior entre discurso e ação, causando um quadro confuso e contraditório. Em consequência, apesar da extensão rural ser considerada um processo educativo, isso não se revela na prática (Guterres, 2006)<sup>10</sup>.

Enfim, para Guterres (2006) a agroecologia não é uma disciplina e sim um enfoque “transdisciplinar” e uma nova metodologia de extensão rural e assistência “técnica” que debate a atividade agrária desde uma perspectiva “ecológica”. Ela é um enfoque teórico e metodológico que, utilizando várias disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária desde uma perspectiva ecológica e pretende se relacionar com os produtores de uma nova maneira. No entanto, há diferenças entre os pesquisadores-extensionistas, no que se refere ao “norte” da agroecologia e quais são as forças que

---

<sup>9</sup> Segundo o Frei Sérgio Gorgen: “a indústria de máquinas e implementos agrícolas no Brasil se estruturou para atender os grandes. Por isso que só fabricam tratores, colheitadeiras e implementos grandes, sofisticados, pesados e caros. O pequeno agricultor precisa investir em mecanização leve, simples, resistente, rústica, econômica e barata” (Guterres, 2006).

<sup>10</sup> Ver também Caporal (1991) e Caporal e Costabeber (2007).

promoverão as mudanças rumo ao “desenvolvimento rural”, “desenvolvimento do campo”, “desenvolvimento sustentável”, “socialismo”, temas da nossa próxima seção.

Mesmo com essa crítica avançada à “assistência técnica”, falta aos teóricos da agroecologia algo que nos parece imprescindível: o debate da autogestão em sentido amplo, o debate da desmercantilização, uma teoria mais profunda das classes sociais e da exploração no sistema capitalista, além de uma crítica totalizante à tecnologia que vá além das suas particularidades no caso da agroindústria ou do “rural”.

Será que a agroecologia vinculada à luta de classes com bases autogestionárias poderia trilhar os caminhos rumo a uma sociedade produtora de alimentos saudáveis, voltados para a satisfação das necessidades humanas, sem classes sociais e governada pelos produtores livremente associados? Nos parece que sim, mas para isso o debate precisaria ir para além do “desenvolvimento sustentável”, principalmente na vertente que se assemelha ao “capitalismo verde”.<sup>11</sup> Para Theis e Meneghel (2006):

(...) o discurso da sustentabilidade tem servido antes de filtro, de expediente para escamotear a natureza dos problemas ambientais. Em vez de revelar, a linguagem do desenvolvimento sustentável tem encoberto as causas concretas da crise ecológica, ocultando as conexões objetivas entre a lógica e dinâmica do processo de acumulação capitalista e seus impactos específicos sobre o meio ambiente, invertendo substância e aparência (Theis e Meneghel, 2006).

É possível identificar uma semelhança entre o debate da autogestão e da agroecologia no campo e o debate da autogestão na habitação popular. Se os teóricos radicais da agroecologia fazem uma crítica muito ácida à “revolução” verde, os teóricos radicais da habitação popular fazem uma crítica muito ácida à indústria da construção civil e a cidade como valor de troca. Além disso, para Arantes (2009), não é por acaso que essa discussão sobre a crítica a tecnologia convencional surja com tanta força na agricultura e na habitação, quando os trabalhadores tentam se apropriar dos meios de produção. Para ele, tanto numa quanto na outra “há pouco capital fixo e são ‘manufaturas’ cujo atraso relativo é uma vantagem para o seu domínio pelos trabalhadores – contudo são atividades fundamentais para a vida e para o socialismo” (Arantes, 2009).

---

<sup>11</sup> Para o debate do desenvolvimento e desenvolvimento “insustentável”, ver Mészáros (1987), Sevá Filho (2002 e 2008), Bonente (2009), Novaes e Fraga (2010).

Tal como procuramos explicitar, todos os grupos se inserem num contexto de retrocesso histórico caracterizado pela contrarreforma do Estado, em particular na universidade pública, que resultou na desagregação da universidade. Num plano maior, estamos vivendo uma contrarrevolução mundial e a criminalização dos movimentos sociais etc., criando inúmeras contingências para os pesquisadores-extensionistas e os movimentos sociais. Para Pinassi:

as classes trabalhadoras foram e continuam sendo tão profundamente golpeadas e alijadas de uma autêntica percepção de classe dominada que, principalmente em situações de crise mais profunda, seu horizonte ideológico manifesta-se muito mais em função do contingenciamento histórico que de sua mais que necessária potencialidade revolucionária (Pinassi, 2009, p. 34).

Acreditamos que os pesquisadores-extensionistas estão na defensiva, vivendo como reféns na cidadela inimiga, com poucas possibilidades de florescimento de um trabalho desalienante. Eles possuem poucos recursos para implementar estratégias de pesquisa, ensino e extensão mais frutíferas para os movimentos sociais, tendem a ter seus artigos negados em revistas da ciência convencional, dificuldades de aprovação dos seus projetos em instituições de fomento. No entanto, e contraditoriamente, estão esboçando uma teoria da superação do trabalho alienado, pesquisando e atuando na construção de formas de trabalho não explorado, na produção de alimentos saudáveis e não mercantilizados, na produção da cidade e da habitação como valores de uso.

Há diferenças e semelhanças nítidas, em muitos casos, e pouco nítidas, na minoria dos casos, entre os grupos de pesquisa que assessoraram os movimentos sociais e dentro dos “campos” específicos de fábricas recuperadas, agroecologia e habitação popular.

Começamos pelas FR. O professor Perondi destacou que a engenharia da UFRGS é um espaço relativamente pequeno e forma de sete a oito doutores por ano. No entanto, não temos como comparar a estrutura que o professor Rodriguez Lupo tem na UnCo e a infraestrutura da UFRGS em termos de laboratórios, equipe, financiamento. Por ironia da história, foi justamente na universidade que não tinha infraestrutura “adequada” que tivemos uma relação mais frutífera entre a universidade e as fábricas recuperadas.

Devemos notar também que na UFRGS há um maior interesse pelas publicações do que na Universidade de Comahue (UnCo), em parte por Lupo ser professor da graduação, mas também por não estar contaminado pelo “produtivismo”.

De qualquer forma, a relação do professor Perondi com a Geralcoop serviu para aparelhar um laboratório que não existia e está sendo usado para vários projetos. Além disso, resultou em alguns artigos do grupo, um certo aprendizado e um pequeno contato com a realidade da Economia Solidária. No entanto, esse contato não criou uma trajetória de relação do grupo com as Fábricas Recuperadas.

Perondi não atribui um papel estratégico para os movimentos sociais colocando sua fala mais no terreno da “distribuição de renda”, da necessidade de um “mercado interno de consumo”, “cidadania”, “pacto social”, tendo dado destaque para o “mercado interno” como grande problema, falta de renda para as pessoas poderem consumir e gastar, manter um padrão de vida digno, com educação e renda justa.

No que se refere ao financiamento dos projetos, observou que “achar que o movimento social vai poder financiar os projetos é irreal”. Os empresários pagam ou recorrem ao Estado. No entanto, como ressaltam algumas pesquisas, principalmente a da Pintec-IBGE, a relação universidade-empresa não foi considerada estratégica pelos empresários, ocupando apenas o 11º lugar no *ranking* de problemas brasileiros. Enquanto isso, para a Economia Solidária ou para os movimentos sociais em geral, é urgente e imprescindível a conformação de um sistema de P&D que atenda suas demandas.

No caso da UnCo, tivemos uma circunstância extremamente particular: o apoio do secretário de Extensão, a pressão de alguns setores universitários pró-Zanón, a pressão da Fábrica Zanón, a repercussão internacional etc.

No caso UFRJ, há uma política de extensão muito mais forte do que a encontrada nos outros. No entanto, por ironia do destino, o professor José Ricardo Tauile faleceu no ano de 2008. Mais recentemente, Flávio Chedid Henriques, um dos alunos que assessorou a Cooperj, está tentando revitalizar o projeto de apoio às FRs.

### ***Quem educa os educadores do MST? Notas sobre a relação Universidade-Movimento Sociais na dimensão ensino***

Um tema a parte que merece destaque na relação Universidade-Movimentos sociais são os convênios puxados pelo MST principalmente com Universidades Públicas, através da criação do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA – 1998) . Segundo informações obtidas na Escola Nacional Florestan Fernandes, já temos

mais de 60 convênios, com grande predominância em cursos de pedagogia, que correspondem a metade dos convênios.

Não poderemos abordar neste artigo a criação de cursos para os movimentos sociais do campo em Universidades Públicas. Para ficar apenas no Sudeste, através dos recursos do Pronera poderíamos citar a criação dos cursos de Pedagogia da Terra/Educação do Campo, na UFSCAR e na UFMG<sup>12</sup>.

Ainda na UFSCAR, temos um Mestrado em Agroecologia; na UFES temos um curso de especialização em Economia Política para assentados, coordenado pelos professores Reinaldo Carcanholo, Paulo Nakatani e Maurício Sabadini. Na UNESP de Presidente Prudente, um de Geografia para assentados, coordenado pelo professor Bernardo Mançano Fernandes. No ano de 2009, a UNESCO assinou convênio com a Unesp para a criação da cátedra “Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial”.

Na UNESP Presidente Prudente houve o curso de Geografia para assentados da reforma agrária, e há a especialização em Agroecologia, além do Mestrado em Desenvolvimento do Campo (UNESP-UNESCO). Na UNICAMP, tivemos um curso de especialização em Agroecologia, outro também de agroecologia para “técnicos” (ensino médio) coordenado pela professora Sônia Bergamasco. Ainda na Unicamp mas sem recursos do Pronera, podemos destacar o curso de especialização “Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina”. Como escola relativamente autônoma, devemos destacar a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), do MST.

Na USP, depois de 11 anos, finalmente a professora Lizete Arelaro junto com um grupo de pesquisadores da Pedagogia conseguiu criar o curso de especialização em Residência Agrária, em convênio com a Escola Nacional Florestan Fernandes.

Estes cursos nos levam a pensar nas seguintes perguntas: Quem educa os educadores do MST? Qual o papel da esquerda universitária? Qual a influência do MST na concepção do Projeto Político Pedagógico destes cursos? Qual o perfil dos Professores? O MST consegue implementar suas práticas de auto-organização, mística, etc.? Quais os limites criados pelas Universidades Públicas conservadoras na implementação destes cursos?

---

<sup>12</sup> Para este debate, ver Lerrer (2010). Sobre a criação do Pronera, ver também Freitas (2007).

Não é possível afirmar que as pedagogas e pedagogos dos movimentos sociais estão tendo aulas apenas com professores vinculados ao materialismo histórico. Ao assinar convênios com as Universidades Públicas, o MST leva no “pacote” professores de várias vertentes teóricas. É evidente que os professores que coordenam estes projetos tentem a pertencer ao materialismo histórico ou às vertentes críticas da educação, agronomia, direito, etc. Estes coordenadores tendem a defender a função social da Universidade Pública numa sociedade de classes, a dívida histórica com o nosso povo, o papel da teoria na emancipação humana, o ensino crítico, etc. No entanto, o mesmo não pode ser dito para o quadro de professores.

É bem provável que surgirão nos próximos anos pesquisas que tentarão detalhar o currículo, o perfil dos professores, dos alunos, os Trabalhos de Conclusão de Curso, o “impacto” da pedagogia da alternância e da entrada de membros de movimentos sociais em universidades geralmente alheias à esta realidade<sup>13</sup>. Por enquanto, só podemos levantar a hipótese de que não há uma hegemonia marxista no campo da educação de educadores nos convênios do PRONERA. São raríssimos os cursos onde há um predomínio do materialismo crítico, e mesmo nestes cursos, é preciso investigar de que forma o materialismo é apresentado aos alunos.

### **Algumas conclusões**

Certa vez Florestan Fernandes afirmou:

Pelo menos o delineamento de um novo tipo de universidade e o patamar de um novo estilo de comunicação da universidade com a sociedade global irão nascer sob a égide de um padrão de conhecimento promissora e criticamente crítico, não conformista, aberto à inovação. Resta saber se este componente, insignificante no cenário brasileiro do século 19, conseguirá prevalecer sobre os elementos irracionais ou imprevisíveis da atual situação (Florestan Fernandes, 2004 [1974]).

O pensamento crítico, não conformista ainda é insignificante neste início de século XXI. Ele ainda não prevalece sobre os “elementos irracionais”, ao contrário, a contrarrevolução mundial avança de vento em popa na Universidade Pública.

É difícil afirmar que a universidade pública, no contexto da contrarreforma da educação, seja um espaço para o florescimento do pensamento crítico e totalizante, da

---

<sup>13</sup> Um levantamento dos cursos e parte deste debate foi feito por Freitas (2007) e Lerrer (2012).

união entre teoria e prática, da resolução dos problemas dos movimentos sociais, da desmercantilização, etc.

Mas ser insignificante do ponto de vista quantitativo não significa dizer que deixaram de surgir “brotos novos” (Mariátegui, 2004), isto é, embriões de desalienação do trabalho docente nas Universidades Públicas.

Para sairmos de uma defensiva rumo a uma revolução universitária, deveremos atacar o problema universitário em duas frentes: a) através da criação de Universidades Populares totalmente novas, engajadas na emancipação dos trabalhadores; b) introjetando e contaminando, por “dentro” e por “fora”, as Universidades Públicas existentes no sentido de promover uma mudança qualitativa no seu projeto de transformação social. Neste caso, os grupos de pesquisa-extensão para além do capital iriam florescer e desenvolver seus trabalhos, agora sem constrangimentos e sem estar na defensiva criada pela universidade pública do século XX.

Florestan Fernandes sempre nos lembrava que a Universidade está em sintonia com as demandas do sistema capitalista em seus diferentes momentos históricos. No entanto, há especificidades na periferia do capitalismo que conformam um tipo de universidade parcialmente distinta da dos países centrais. Ele sempre estabelecia uma dialética entre a Universidade e o sistema capitalista nos países dependentes. Dizia também que a Universidade Pública é uma sociedade em miniatura, enfrentando conflitos entre classes e frações de classes.

Num olhar mais amplo, dizia que a educação brasileira foi “montada para servir às relações de dependência”, recebendo “maior influência do ritmo do capitalismo e menor influência do ritmo do capitalismo subdesenvolvido”. E se perguntava: “Qual o tipo de crescimento desejado e qual o tipo de desenvolvimento educacional?”. Para se corrigir o problema educacional, seria preciso ir muito mais longe, dizia ele. Aos olhos do sociólogo, tal começo não pode nascer da vontade esclarecida de uns poucos e de simples “transformações internas” das instituições. É necessário que a sociedade mude suas relações com as instituições, fazendo pressão simultaneamente, suas relações de uns poucos e de simples longe, educacional? (Fernandes, 2004 [1975]).

Cabe ressaltar que “cada formação social produziu uma educação – em sua organização, conteúdo, aparato didático-pedagógico etc. – adequada ao modo de produção da vida material, social e espiritual de seus membros” (Lombardi, 2006, s/nº).

Uma mudança efetiva da Universidade Pública só virá se for acompanhada de uma revolução. Porém, uma revolução sócio-política pode ser condição necessária, porém não suficiente para a transcendência da alienação da Universidade Pública. As agendas de pesquisa, ensino e extensão poderão permanecer intactas na ausência de uma transformação profunda do trabalho universitário.

A possibilidade de transformação radical da Universidade redundaria em diversas mudanças que foram esboçadas por pesquisadores nos últimos anos: a) o papel do CPESP na construção uma sociedade para além do capital e vice-versa; b) uma crítica profunda à neutralidade da ciência e ao determinismo tecnológico vigentes no mesmo; c) a relação destes com a autogestão da universidade/criação de órgãos verdadeiramente democráticos nas universidades, e d) o papel dos movimentos sociais anticapital na transformação do CPESP. Ainda que com graus crescentes de controle sobre o próprio trabalho, permanece como desafio para os intelectuais militantes inventar numa escala mais ampla e dentro de um projeto revolucionário o trabalho educacional emancipado (Lima Filho, 2011).

### **Referências:**

ADDOR, F. *Um estudo sobre a Engenharia Industrial e a Economia Solidária no Brasil*. 2004, 76f. Monografia (Graduação). Escola Politécnica, UFRJ: Rio de Janeiro, 2004.

AIZICZON, F. *Zanón – una experiencia de lucha obrera*. Buenos Aires: Herramienta: 2004.

ALTIERI, M. *Agroecologia – as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: AS-PTA/Fase, 1989.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

ARANTES, P. F. *Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. MST usa tecnologia defendida por Sérgio Ferro. *Brasil de Fato*, n. 161, 2006.

Disponível

em:

<http://www.brasildefato.com.br/v01/impreso/anteriores/161/cultura/materia.2006-04-06.5718044779>

\_\_\_\_\_. Qual futuro para o Canteiro Experimental? In: YOSHIOKA, E.; RONCONI, R.; MINTO, F. C. N.; SOUSA, A. F. (orgs). *Canteiro experimental, 10 anos na FAU*. São Paulo: FAU-USP, 2008.

\_\_\_\_\_. Carta a Henrique Novaes. Campinas, Impresso (mimeo), novembro de 2009.

\_\_\_\_\_. *Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma*. São Paulo, Tese de doutorado, USP, 2010.

ARAÚJO, F. e HENRIQUES, F. Marchas e Contramarchas de uma Assessoria em uma Cooperativa Autogestionária. IV Encontro Internacional de Economia Solidária: “Educação, Política e Integração da América Latina”, USP, 2006.

BARROS, F. Canteiro experimental da FAU e o canteiro – cooperativa de construção. In: YOSHIOKA, E.; RONCONI, R.; MINTO, F. C. N.; SOUSA, A. F. (orgs). *Canteiro experimental, 10 anos na FAU*. São Paulo: FAU-USP, 2008.

BARROS, F. Formação profissional na construção civil: experiência em busca da desalienação do trabalho. Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 2012.

BILMES, S.; CANDAL, R. La FCEyN y las empresas conducidas por sus trabajadores – Ciencia recuperada. Entrevista no Jornal *Cable*, 28 de novembro de 2006. Disponível em: [http://www.fcen.uba.ar/prensa/cable/2006/pdf/Cable\\_634.pdf](http://www.fcen.uba.ar/prensa/cable/2006/pdf/Cable_634.pdf)

CAPORAL, F. *A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. Dissertação de Mestrado – Programa de Extensão Rural, UFSM, 1991.

\_\_\_\_\_; COSTABEBER, J. Análise multidimensional da sustentabilidade – uma proposta metodológica a partir da agroecologia. *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n. 3, 2002, p. 70-85.

\_\_\_\_\_; COSTABEBER, J. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. 3ª ed. Brasília (DF): MDA/SAF/Dater, 2007.

DAGNINO, R. Começando pela extensão universitária. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs). *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2013, vol II.

DIAS, R. B. *A trajetória da política científica e tecnológica brasileira: um olhar a partir da análise de política*. Tese de Doutorado, Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, Unicamp, 2009.

FERNANDES, F. Universidade e desenvolvimento. In: IANNI, O. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERRO, S. Entrevista concedida a Carlos Castelo Branco. *Caros Amigos*, 2001, n. 49, p. 44-45.

\_\_\_\_\_. Arquitetura e luta de classes: uma entrevista com Sérgio Ferro. Entrevistadora Lelita Benoit. *Revista Crítica Marxista*, n. 15, 2005.

\_\_\_\_\_. (entrevista). Arquitetura: uma construção coletiva e livre. Pedro Fiori Arantes. *Brasil de Fato* n. 161. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/impreso/anteriores/161/cultura/materia.2006-04-06.1810849998>

\_\_\_\_\_. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: CosacNaify, 2006.

\_\_\_\_\_. Experimentação em arquitetura: práxis crítica e reação conservadora. In: YOSHIOKA, E.; RONCONI, R.; MINTO, F. C. N.; SOUSA, A. F. (orgs). *Canteiro Experimental, 10 anos na FAU*. São Paulo: FAU-USP, 2008.

FRAGA, L. *Extensão e transferência de conhecimento: as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Instituto de Geociências, DPCT, 2012.

FREITAS, H. *A construção da rede socio-técnica de educação de assentados da Reforma Agrária: o PRONERA*. Tese de Doutorado, UFSC, 2007.

GUTERRES, I. (org.). *Agroecologia militante: contribuições de Ênio Guterres*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HENRIQUES, F. C. *Assessoria a empreendimentos de autogestão*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. O engenheiro na assessoria a empreendimentos de autogestão. In: SCHMIDT, C.; NOVAES, H. T. *Economia Solidária e transformação social: rumo a uma sociedade para além do capital?* Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

HENRIQUES, F. C. et al. *Empresas Recuperadas pelos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

HIRAO, F. H.; LAZARINI, K. *O Laboratório de Habitação da Unicamp e a Tecnologia Social – entre a indústria e a manufatura: o pré-moldado na arquitetura de interesse social*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Especialização Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina, Unicamp, 2009.

IANNI, O. *O declínio do Brasil-nação*. *Revista de Estudos Avançados* 14 (40), São Paulo, 2000, p. 51-58.

INTI. Instituto Nacional de Tecnologia Industrial. Disponível: [www.inti.gov.ar](http://www.inti.gov.ar).

JACOBY, R. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

KOHAN, N. *Ni calco ni copia: ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano*. Buenos Aires: Eudeba, 2002.

KOURY, A. P. *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro*. São Paulo: Edusp, 2004.

LEHER, R. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um acontecimento fundacional para a universidade latino-americanista. In: SADER, E; GENTILI, P; ABOITES, H. (comp.). *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. – 1a ed. – Buenos Aires: Clacso, 2008.

LERRER, D. F. *Preparar gente: a educação superior dentro do MST*. Estudos Sociedade e Agricultura, outubro de 2012, vol. 20, n. 2, p. 451-484.

LIMA FILHO, P. A. A mão e o sinete: notas introdutórias à questão do controle social na UFFS. In: BATISTA, E. e NOVAES, H. (Org.) *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru, SP: Canal 6, 2011. p. 359-368.

LOPES, J. M. ; RIZEK, C. *O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica*. Rio de Janeiro, *Revista da Finep*, 2005. Disponível em: [http://www.habitare.org.br/doc/docs\\_revista/artigoFinep\\_usina.pdf](http://www.habitare.org.br/doc/docs_revista/artigoFinep_usina.pdf)

MARIÁTEGUI, J. C. *Temas de educación*. Lima: Amauta, 2001.

MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MAZZALA NETO, W. *Agroecologia e tecnologia social – um debate em construção*. Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina, DPCT – Instituto de Geociências Unicamp, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MINTO, L. W. *A educação da “miséria”*: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp, Tese de Doutorado, 2011.
- MINTO, L. W. Educação Superior e Movimentos Sociais: sentido histórico e questões atuais In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs). *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- MOLINA, M. et al. (orgs.) *Educação do campo e formação profissional – a experiência do Programa Residência Agrária*. Brasília: MDA, 2009.
- MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à revolução verde. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 15, n.Out., p. 39-52, 2000.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.
- NEUMANN, P.; DIESEL, V. FROELICH, J.; SILVEIRA, P. GARCIA, J. O projeto piloto do residência agrária da Universidade Federal de Santa Maria (RS). In: MOLINA, M. et al. *Educação do campo e formação profissional – a experiência do Programa Residência Agrária*. Brasília: MDA, 2009.
- NOVAES, H. T. Reatando um fio interrompido – a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.
- NOVAES, H. T. Reféns na cidadela inimiga: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. Revista Pensata, UNIFESP, 2012b, p. 45-77.
- NOVAES, H. T. Trabalho como necessidade vital e trabalho alienado: o que os educadores precisam saber. In: NOMA, A. K.; TOLEDO, C. A. (orgs.) *Gestão Educacional*. Maringá: EdUEM, (s/d), no Prelo.

NOVAES, H. T.; SERAFIM, M. P.; DAGNINO, R. Sobrevivendo à tempestade: o papel do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (Argentina) na assessoria às Fábricas Recuperadas. *Revista Espacios – Revista Venezolana de Gestión Tecnológica*, v. 30 (2), Caracas, 2009, p. 32-45.

OLIVEIRA, M. B.; LACEY, H. Prefácio. In: SHIVA, V. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, M. B. *A estratégia dos bônus: três pressupostos e uma consequência*. Trabalho, Educação e Saúde, 7(3): 419-433, nov. 2009/fev.2010  
<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br//include/mostrarpdf.cfm?Num=267>

OZÁI DA SILVA, A. *Produtivismo no campo acadêmico: o engodo dos números*. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 100, Maringá, setembro de 2009.

PERICÁS, L. Introdução. In: MARIÁTEGUI, J.C. *Mariátegui – Sobre educação (seleção e tradução de Luiz Bernardo Pericás)*. São Paulo: Xamã, 2007, p. 39-43.

PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINHEIRO MACHADO, L. Apresentação. In: CHABOUSSOU, F. *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos – novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – a teoria da trofobiose*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. Correios eletrônicos enviados para Henrique Novaes. (Diversos) 2009 e 2010.

RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

DAL ROSSO, S. (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

SADER, E.; GENTILI, P. ABOITES, H. (orgs). *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: Clacso, 2008.

SIQUEIRA, A. *Um grito de basta contra a anomia intelectual e ao adesismo oficialista*. Correio eletrônico, outubro de 2009.

THEIS, I. M. ; MENEGHEL, S. M. Universidade, desenvolvimento e meio ambiente. In: WULF, C.; BRYAN, N. P. (Org.). *Desarrollo sostenible: conceptos y ejemplos de buenas prácticas en Europa y América Latina*. Münster: Waxmann Verlag GmbH, 2006, v. 22, p. 85-97.

USINA. Reforma urbana e autogestão na produção da cidade: história de um ciclo de lutas e desafios para a renovação da sua teoria e prática. In: BENINI, É. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.) *Gestão Pública e Trabalho Associado*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, vol II.

\_\_\_\_\_. Luta por moradia e autogestão na América Latina: uma breve reflexão sobre os casos do Uruguai, Brasil, Argentina e Venezuela. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs). *Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

RECEBIDO EM 19-11-2016

APROVADO EM 28-03-2017